

A CARTA ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM*: UM MARCO DOS DIREITOS HUMANOS NA HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHADOR BRASILEIRO

THE ENCYCLICAL LETTER RERUM NOVARUM: A HUMAN RIGHTS MILESTONE IN THE HISTORY OF BRAZILIAN WORKERS' RIGHTS

LA CARTA ENCÍCLICA RERUM NOVARUM: UN HITO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN LA HISTORIA DEL DERECHO DEL TRABAJADOR BRASILEÑO

Dinamara Pereira Machado¹
Luis Fernando Lopes²
Raphael Alvares de Medeiros³

Resumo

O presente trabalho explora a influência seminal da Carta Encíclica “*Rerum Novarum*” do Papa Leão XIII no direito do trabalhador brasileiro, destacando-a como um marco dos Direitos Humanos na história jurídica nacional. Por meio de uma análise detalhada, investigamos como os ideais progressistas e as diretrizes sociais, apresentadas nesse documento papal do final do século XIX, forneceram as bases éticas e filosóficas para o desenvolvimento das leis trabalhistas no Brasil. Demonstra-se que os princípios da *Rerum Novarum*, enfatizando a dignidade do trabalho e a justiça social, reverberaram profundamente, culminando em reformas legais significativas durante e depois da Era Vargas. Por um estudo interdisciplinar que entrelaça história, direito e ética, esse trabalho discorre sobre a transição dos preceitos encíclicos para o ordenamento jurídico brasileiro, refletindo como os valores de proteção ao trabalhador foram enraizados na legislação e na prática sindical. Destaca-se a relevância contínua desses ensinamentos na promoção do respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, sublinhando a importância da *Rerum Novarum* como um documento que transcende sua origem religiosa para tornar-se um ícone de progresso social e legal.

Palavras-chave: *Rerum Novarum*, direito do trabalhador brasileiro, direitos humanos, legislação trabalhista.

Abstract

This paper explores the seminal influence of Pope Leo XIII's encyclical *Rerum Novarum* on Brazilian labor rights, highlighting it as a landmark human rights document in the nation's legal history. Through a detailed analysis, we examine how the progressive ideals and social guidelines presented in this late nineteenth-century papal document provided the ethical and philosophical foundations for the development of labor law in Brazil. We show that the principles of *Rerum Novarum*, which emphasize the dignity of work and social justice, resonated deeply and culminated in significant legal reforms during the Vargas era and beyond. Through an interdisciplinary study that interweaves history, law, and ethics, this work discusses the transition from encyclical precepts to the Brazilian legal system, reflecting how the values of worker protection were rooted in legislation and union practice. We highlight the continuing relevance of these teachings in promoting respect for the fundamental rights of workers and underscore the importance of *Rerum Novarum* as a document that transcends its religious origins to become an icon of social and legal progress.

Keywords: *Rerum Novarum*; Brazilian workers' law; human rights; labor legislation.

¹ Doutora em Educação. Docente no Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: dinamara.m@uninter.com

² Doutor em Educação. Docente no Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: luis.l@uninter.com

³ Advogado, graduando em Filosofia, especialista em Advocacia Cível, Direito Penal e Processual Penal. E-mail: raphael.alvares.adv@gmail.com.

Resumen

El presente trabajo explora la influencia seminal de la Carta Encíclica *Rerum novarum* del Papa León XIII en el derecho del trabajador brasileño, resaltándola como un hito de los Derechos Humanos en la historia jurídica nacional. A través de un análisis detallado, buscamos cómo los ideales progresistas y las directrices sociales presentadas en ese documento papal de fines del siglo XIX ofrecen las bases éticas y filosóficas para el desarrollo de las leyes laborales en Brasil. Se demuestra que los principios de la *Rerum novarum*, con énfasis en la dignidad del trabajo y en la justicia social, reverberaron profundamente, lo que creó reformas legales significativas durante y después de la Era Vargas. Por medio de un estudio interdisciplinario que enlaza historia, derecho y ética, ese trabajo desarrolla la transición de los preceptos encíclicos al ordenamiento jurídico brasileño, reflexionando sobre cómo los valores de protección al trabajador fueron enraizados en la legislación y en la práctica sindical. Se destaca la importancia continua de la enseñanza en promover el respeto a los derechos fundamentales de los trabajadores, subrayando la relevancia de la *Rerum novarum* como un documento que trasciende su origen religioso para tornarse un símbolo de representación del progreso social y legal.

Palabras clave: *Rerum Novarum*; derecho del trabajador brasileño; derechos humanos; legislación de trabajo.

1 Introdução

A promulgação da Carta Encíclica *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII, em 1891, marcou um ponto de virada decisivo na concepção dos direitos dos trabalhadores, tendo uma influência duradoura e significativa no desenvolvimento dos direitos humanos e do direito do trabalho, inclusive no Brasil.

Esse documento seminal veio em um momento de grandes mudanças sociais e econômicas, na sequência da Revolução Industrial, e abordou as tensões crescentes entre capital e trabalho, propondo um novo modelo de relação trabalhista que valorizasse a dignidade do operário e estabelecesse os alicerces para uma sociedade mais justa e equânime. Como apontado por Santos (2022), a *Rerum Novarum* pode ser vista como um pressuposto essencial para a democracia, ao enfatizar a necessidade de sindicatos fortes e representativos como mecanismos de proteção dos direitos dos trabalhadores.

No contexto brasileiro, a influência da *Rerum Novarum* é incontestável. A encíclica forneceu um quadro moral e ético que permeou as discussões sobre os direitos dos trabalhadores, inspirando movimentos sociais e contribuindo para a construção dos princípios do direito trabalhista no país (Nascimento, 2021). A era Vargas, particularmente, refletiu essas influências com a consolidação das leis trabalhistas no Brasil, evidenciando um paralelo com os valores promovidos pela encíclica, como a valorização do trabalho humano e a busca pela justiça social (Oliveira *et al.*, 2023).

A *Rerum Novarum* não foi apenas um documento de sua época, mas um marco que ecoou através das gerações, influenciando o curso da história e do desenvolvimento dos direitos

trabalhistas no Brasil. O legado dessa encíclica continua a ser um ponto de referência para o direito do trabalhador brasileiro, sua relevância persiste como um pilar na luta por condições justas de trabalho e pela proteção dos direitos humanos dos operários.

A Carta Encíclica *Rerum Novarum* é um documento histórico que ultrapassou as fronteiras do contexto em que foi escrito, tornando-se um marco para os direitos humanos e, especificamente, para os direitos dos trabalhadores ao redor do mundo. No Brasil, seu impacto foi profundo, influenciando a formulação das políticas laborais e contribuindo para a emergência de um corpo jurídico que visa proteger o trabalhador. A justificativa para a investigação da *Rerum Novarum* no âmbito do direito do trabalhador brasileiro reside não apenas em sua relevância histórica, mas também na sua atualidade e aplicabilidade nos debates contemporâneos sobre justiça social, dignidade no trabalho e democracia. Esse estudo se torna ainda mais pertinente considerando a necessidade de compreender as raízes ideológicas e éticas das legislações trabalhistas para aprimorar as políticas atuais e enfrentar os desafios impostos pelas novas configurações do mercado de trabalho.

O objetivo desse trabalho é analisar a influência e a importância da Carta Encíclica *Rerum Novarum* na formação do direito do trabalhador brasileiro, identificando como seus princípios contribuíram para moldar as leis e as práticas laborais no Brasil. Será dada especial atenção ao papel da encíclica como marco dos Direitos Humanos e seu reflexo nas legislações subsequentes que visam proteger o operário, promover a justiça social e garantir o respeito à dignidade humana no ambiente de trabalho. O presente estudo busca, portanto, elucidar as conexões entre os preceitos expressos na *Rerum Novarum* e as políticas trabalhistas implementadas no Brasil, demonstrando como um documento do final do século XIX continua a ecoar nos princípios jurídicos e éticos contemporâneos.

2 Referencial teórico

2.1 O papel das encíclicas papais na doutrina social da Igreja

As encíclicas papais têm sido fundamentais na articulação e no desenvolvimento da doutrina social da Igreja, estabelecendo um diálogo constante com os desafios contemporâneos e proporcionando uma orientação moral e ética para os fiéis e a sociedade em geral. A *Rerum Novarum*, em particular, é reconhecida por introduzir uma nova dimensão de preocupação social

na doutrina da Igreja, influenciando a concepção de justiça social e de direitos humanos. Como Santos (2022) afirma, a *Rerum Novarum* destacou-se por colocar a Igreja ao lado dos trabalhadores, estabelecendo um pensamento social que seria o alicerce para muitas outras encíclicas e documentos eclesiais que abordam questões econômicas e sociais.

A influência das encíclicas no pensamento social e político transcendeu o ambiente eclesial, chegando a impactar as legislações trabalhistas e as relações laborais em diversos países, inclusive no Brasil. Menin (2018) destaca que a historicidade dos Direitos Humanos, enraizada nos ensinamentos das encíclicas, contribuiu significativamente para a construção do Direito ao Trabalho, promovendo um paradigma de proteção ao lazer e à dignidade do trabalhador.

Por meio das encíclicas, como a *Rerum Novarum*, a Igreja posicionou-se não apenas como uma instituição religiosa, mas também como uma voz ativa nas discussões sobre o papel do Estado e dos indivíduos na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Koerner (2020) aponta que o pensamento católico brasileiro do início dos anos trinta foi profundamente influenciado pelas encíclicas de Leão XIII, o que moldou as visões de nação e a formulação de políticas públicas, incluindo o direito do trabalho.

2.2 Análise dos princípios fundamentais da *Rerum Novarum*

A encíclica *Rerum Novarum* estabeleceu princípios fundamentais que têm orientado a doutrina social da Igreja e o desenvolvimento dos direitos laborais ao longo dos anos. Um dos princípios mais destacados na encíclica é o da dignidade do trabalho, que postula que todas as pessoas têm direito a condições de trabalho justas e humanas. Nascimento (2021) destaca que a *Rerum Novarum* foi um marco na história do direito trabalhista no Brasil, ao enfatizar a importância da proteção ao trabalhador e ao estabelecer o trabalho como um direito fundamental para a realização pessoal e para o bem comum da sociedade.

Outro princípio fundamental da *Rerum Novarum* é a preferência pelos pobres e a distribuição equitativa de riquezas, que critica as desigualdades sociais e incentiva a solidariedade. De acordo com Batista (2016), a encíclica lançou luz sobre as mazelas enfrentadas pela classe trabalhadora, influenciando diretamente na formulação de políticas que visam à redução da pobreza e à promoção da justiça social.

Além disso, a *Rerum Novarum* defende a formação de sindicatos e a colaboração entre classes, fundamentando a ideia de que o diálogo social é essencial para a harmonia e o progresso

das nações. Santos (2022) ressalta a contribuição da encíclica para a democratização das relações de trabalho, ao legitimar as organizações sindicais como essenciais para a representação e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A *Rerum Novarum*, portanto, não se limitou a ser um documento religioso, mas emergiu como uma voz profética na defesa dos direitos dos trabalhadores, influenciando o pensamento social e a legislação em vários países, incluindo o Brasil, e permanecendo relevante na discussão contemporânea sobre os direitos humanos e o direito do trabalho.

2.3 O impacto da *Rerum Novarum* no desenvolvimento dos direitos humanos globais

O impacto da *Rerum Novarum* foi considerável no âmbito dos direitos humanos em escala global, estabelecendo um diálogo entre as doutrinas sociais da Igreja e o emergente campo dos direitos internacionais. Castilho (2017) afirma que a encíclica de Leão XIII não apenas articulou uma resposta aos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial, mas também lançou as bases para a inclusão dos direitos dos trabalhadores no contexto dos direitos humanos, o que se refletiria posteriormente em documentos internacionais.

O documento papal exerceu uma influência significativa sobre os movimentos sociais e trabalhistas, repercutindo em leis e regulamentos que visam a proteção do trabalhador e a promoção da justiça social. Oliveira *et al.* (2023) notam que, embora a *Rerum Novarum* seja um texto de fins do século XIX, seus princípios foram progressivamente incorporados nas constituições de diversos países, incluindo o Brasil, durante a Era Vargas, um período que viu a institucionalização de diversos direitos trabalhistas.

Adicionalmente, a encíclica contribuiu para a consolidação do conceito de dignidade da pessoa humana, que é central para o entendimento contemporâneo dos direitos humanos. Koerner (2020) explora como a *Rerum Novarum* influenciou o pensamento católico brasileiro do início do século XX, contribuindo para a formulação de políticas que transcendem o aspecto religioso, alcançando uma dimensão política e social que ressoa até hoje nas questões de direitos humanos.

2.4 Reflexos da *Rerum Novarum* nas políticas laborais e sindicais

Os reflexos da *Rerum Novarum* nas políticas laborais e sindicais são profundos e duradouros. Santos (2022) destaca que a encíclica legitimou a existência de sindicatos e defendeu

a sua importância como instrumento de democracia e justiça social, reforçando a ideia de que o trabalho é um direito sagrado e que as associações de trabalhadores são essenciais para a proteção desse direito.

A encíclica trouxe ao debate público a necessidade de uma legislação que protegesse os direitos dos trabalhadores, influenciando a criação de leis trabalhistas mais justas e humanas. Nascimento (2021) ressalta que a *Rerum Novarum* serviu como uma influência ideológica na construção dos princípios do direito trabalhista no Brasil, incluindo o direito à justa remuneração, à limitação da jornada de trabalho e às condições dignas de labor.

No contexto brasileiro, a influência da encíclica foi especialmente notável durante a Era Vargas, na qual muitas das suas premissas foram incorporadas nas políticas laborais e na consolidação dos direitos dos trabalhadores. Oliveira *et al.* (2023) analisam como esse período histórico foi marcante na história constitucional do direito do trabalho no Brasil, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) refletindo os ideais propagados pela encíclica papal.

Além disso, a *Rerum Novarum* também trouxe à luz a questão da justiça social no ambiente de trabalho, promovendo o diálogo e a busca por soluções pacíficas entre empregadores e empregados, um conceito que se mantém relevante nas discussões sobre as relações laborais contemporâneas. Koerner (2020) discorre sobre como a encíclica influenciou o pensamento social católico e inspirou movimentos que lutaram pela humanização das leis trabalhistas, evidenciando seu papel crucial no fortalecimento do sindicalismo e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

2.5 A influência da *Rerum Novarum* no direito do trabalho no Brasil

A *Rerum Novarum* exerceu influência significativa na formação do direito do trabalho no Brasil, uma vez que seus princípios foram incorporados em várias fases da legislação trabalhista do país. Nascimento (2021) ilustra como essa encíclica papal foi essencial para estabelecer os alicerces dos princípios trabalhistas no Brasil, promovendo a ideia de que os trabalhadores deveriam ter seus direitos assegurados por leis justas que equilibrassem as relações entre capital e trabalho.

Essa influência foi particularmente evidente durante a Era Vargas, um período em que o Brasil viu uma série de reformas trabalhistas progressistas. Oliveira *et al.* (2023) enfatizam que as políticas implementadas nessa era refletem o impacto da *Rerum Novarum*, como a introdução da

legislação sobre o salário-mínimo, a regulamentação da jornada de trabalho e os direitos sindicais, que são pedras angulares da Consolidação das Leis do Trabalho.

A encíclica também trouxe à tona a necessidade de proteção ao trabalhador frente à exploração e ao avanço desenfreado da industrialização. De acordo com os Santos (2022), a *Rerum Novarum* instigou um diálogo sobre a dignidade do trabalho e a necessidade de um sistema que respeite a integralidade do trabalhador, não apenas como um meio de produção, mas como um ser humano com direitos fundamentais, um eco que reverberou nas reformas trabalhistas brasileiras subsequentes.

Além disso, a noção de justiça social e a moralidade no trabalho, como promulgadas pela *Rerum Novarum*, tiveram um papel crucial na conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos e na formação de uma cultura de reivindicação e representação por meio de sindicatos no Brasil. Batista (2016) argumenta que o reconhecimento e a consolidação dos direitos trabalhistas no ocidente foram profundamente influenciados por documentos como a *Rerum Novarum*, que trouxeram a ética e a moralidade para o centro das discussões sobre o direito do trabalho.

2.6 Comparativo entre os preceitos da *Rerum Novarum* e a legislação trabalhista brasileira

A comparação entre os preceitos da *Rerum Novarum* e a legislação trabalhista brasileira revela uma confluência significativa de ideias e princípios. A encíclica, com seu forte chamado à justiça social e proteção aos direitos dos trabalhadores, encontra paralelos evidentes nas leis que regem as relações de trabalho no Brasil. Nascimento (2021) ressalta que a *Rerum Novarum* lançou luz sobre a dignidade do trabalho e o papel do Estado na promoção de um equilíbrio justo entre capital e trabalho, um ideal que se refletiu na legislação trabalhista brasileira, especialmente na Consolidação das Leis do Trabalho.

Os direitos fundamentais expressos na *Rerum Novarum*, como a justa remuneração e a limitação da jornada de trabalho, foram incorporados na CLT, refletindo a influência direta da doutrina social da Igreja na formação do direito do trabalho no país. De acordo com Oliveira *et al.* (2023), a legislação trabalhista brasileira abraçou os ensinamentos da encíclica, estabelecendo um marco regulatório que visa proteger o trabalhador e promover a justiça social, em consonância com os valores cristãos de igualdade e respeito pela dignidade humana.

A *Rerum Novarum* também enfatiza o direito de associação, incluindo a formação de sindicatos, um princípio que é fortemente assegurado no Brasil. Santos (2022) aponta que o

sindicalismo brasileiro deve muito de sua existência e estrutura à inspiração derivada dos preceitos dessa encíclica papal, evidenciando como o pensamento social cristão moldou as políticas sindicais no país.

Ademais, a proteção do trabalho feminino e infantil mencionada na encíclica tem correspondência nas leis brasileiras, que possuem dispositivos específicos para a proteção desses grupos vulneráveis. A visão de Leão XIII sobre a harmonia e a solidariedade entre empregadores e empregados ecoa na busca por equidade e diálogo nas relações laborais que a legislação brasileira procura incentivar. Batista (2016) reconhece que esses aspectos são essenciais para entender como o direito previdenciário e trabalhista ocidental, incluindo o brasileiro, incorporou e adaptou os ensinamentos da *Rerum Novarum* a sua realidade socioeconômica.

2.7 A *Rerum Novarum* e a Era Vargas: direito do trabalho e políticas públicas

A *Rerum Novarum* serviu como uma influência ideológica nas políticas trabalhistas da Era Vargas, um período em que o Brasil testemunhou profundas mudanças nas relações de trabalho e na legislação social. Segundo Oliveira *et al.* (2023), Getúlio Vargas canalizou o espírito da encíclica ao promover políticas que favoreciam o trabalhador, como a regulamentação do trabalho, a instituição de salário mínimo e a criação da Justiça do Trabalho, refletindo a ênfase da encíclica na proteção dos direitos dos trabalhadores.

As reformas trabalhistas da Era Vargas, frequentemente, são vistas como um reflexo direto das preocupações sociais expressas pela *Rerum Novarum*, que condenava as condições degradantes de trabalho e a exploração dos trabalhadores, promovendo uma visão cristã de justiça social. Menin (2018) argumenta que, ao estabelecer leis que protegiam o trabalhador e ao reconhecer o papel vital dos sindicatos, a Era Vargas representou uma concretização dos valores promovidos pela encíclica em políticas públicas.

Além disso, a *Rerum Novarum* destaca a importância da seguridade social para os trabalhadores, algo que a legislação varguista também buscou abordar. Batista (2016) observa que as políticas públicas da época incluíram a criação de sistemas de aposentadoria e assistência médica, que se alinhavam com a doutrina social da Igreja em sua busca por uma sociedade mais equitativa.

Ao estabelecer um sistema de leis que elevou o padrão de vida dos trabalhadores brasileiros, Vargas parecia seguir os passos do Papa Leão XIII, incorporando os princípios da *Rerum Novarum*

no direito do trabalho brasileiro. A encíclica, por sua vez, permaneceu como um marco referencial, demonstrando sua relevância duradoura na formação das políticas trabalhistas e sociais do Brasil moderno.

3 Metodologia

A metodologia desse trabalho consiste em uma revisão bibliográfica detalhada, que realizou um levantamento exaustivo de literatura secundária relacionada à influência da Carta Encíclica *Rerum Novarum* no direito do trabalhador brasileiro e sua relação com a história dos Direitos Humanos. Para tanto, empregou-se a análise de textos, documentos e artigos científicos publicados em revistas especializadas, livros e fontes acadêmicas digitalizadas, enfocando o período histórico da publicação da encíclica até a sua repercussão nas políticas trabalhistas brasileiras, particularmente durante a Era Vargas.

Foram selecionadas fontes primárias que oferecem a visão direta da *Rerum Novarum*, bem como fontes secundárias que discutem seu impacto e interpretações históricas, incluindo análises teóricas e críticas contemporâneas. As referências foram criteriosamente escolhidas com base em sua relevância acadêmica e contribuição para a compreensão do tema proposto, garantindo uma visão holística e multifacetada. Desse modo, a abordagem histórico-interpretativa foi adotada para conectar os discursos da época com as transformações legislativas e sociais subsequentes no Brasil.

O processo de coleta de dados foi estruturado em etapas, iniciando pela identificação de palavras-chave pertinentes, seguido de uma busca sistemática em bases de dados e bibliotecas virtuais. Após a coleta, procedeu-se à leitura crítica e à síntese dos dados, com a subsequente comparação e contraste das diversas fontes, visando identificar convergências e divergências interpretativas. Esse procedimento permitiu a construção de uma narrativa coesa sobre a influência direta e indireta da *Rerum Novarum* na formação das leis trabalhistas no Brasil e seu papel como instrumento de avanço dos Direitos Humanos na legislação nacional.

4 Resultados e discussão

A análise da Carta Encíclica *Rerum Novarum* e sua influência na legislação trabalhista brasileira revelou resultados significativos, demonstrando como um documento pontifício, lançado

em 1891, permeou as fronteiras do eclesiástico para influenciar profundamente as políticas sociais e trabalhistas no Brasil, principalmente no período que antecedeu e culminou com a Era Vargas.

Conforme elucidado por Santos (2022), a *Rerum Novarum* surge como um manifesto que alinha a doutrina social da Igreja com as questões trabalhistas, fornecendo uma estrutura ética e moral que defende a dignidade do trabalho e a necessidade de condições justas para os trabalhadores. Esse aspecto foi um precursor dos direitos trabalhistas no Brasil, influenciando não apenas a legislação, mas também a formação sindical, conforme apontado por Menin (2018), delineando a construção do direito ao trabalho e ao lazer.

O impacto da *Rerum Novarum* nos direitos humanos é inegável. Nascimento (2021) destaca que a encíclica pavimentou o caminho para a concepção de que os trabalhadores não eram meros fatores de produção, mas indivíduos com direitos inalienáveis, contribuindo assim para o desenvolvimento dos direitos humanos globais e sua consolidação no Brasil.

Ademais, os reflexos da encíclica nas políticas laborais e sindicais são marcantes. Oliveira *et al.* (2023) ressaltam que a legislação trabalhista brasileira recebeu uma influência direta da *Rerum Novarum*, principalmente no que concerne à regulamentação do trabalho e à proteção contra a exploração. Koerner (2020) sublinha que a doutrina social expressa na encíclica foi adaptada ao contexto brasileiro, impactando as políticas públicas e moldando a História Constitucional do Direito do Trabalho no país.

Em uma análise mais aprofundada, verifica-se que a influência da *Rerum Novarum* transcendeu as diretrizes para o direito do trabalho e alavancou o desenvolvimento de políticas públicas que refletem os valores da encíclica. Castilho (2017) argumenta que esses valores encontraram terreno fértil no Brasil, onde as questões de justiça social estavam em voga. Batista (2016) complementa essa visão ao demonstrar que os preceitos da encíclica encontram paralelos na legislação trabalhista brasileira, desde a consolidação das leis do trabalho até as mais recentes reformas.

5 Considerações finais

A investigação em torno da Carta Encíclica *Rerum Novarum* e sua reverberação no direito trabalhista brasileiro conduz a uma conclusão de profunda relevância histórica e social. O documento, embora originário do século XIX e de uma instituição religiosa, transcendeu seu contexto inicial para se enraizar nos fundamentos jurídicos e éticos que regem o trabalho no Brasil.

É inconteste que a *Rerum Novarum* foi um dos pilares para a humanização das leis trabalhistas, inserindo no cerne da legislação o respeito pela dignidade do trabalhador e a busca por equidade nas relações laborais.

As implicações da encíclica, portanto, não se limitaram à orientação moral, mas se estenderam para influenciar a formação de sindicatos, a estruturação de políticas laborais e até mesmo na conformação de direitos básicos como o descanso e o lazer. A relação entre os princípios da *Rerum Novarum* e as leis trabalhistas brasileiras, especialmente aquelas promulgadas na Era Vargas, aponta para uma internalização dos valores propugnados pela doutrina social da Igreja no tecido jurídico nacional.

Esse trabalho, ao desenrolar o fio da influência da *Rerum Novarum*, sublinha como um documento pode cruzar fronteiras e moldar a realidade sociojurídica de uma nação. Confirma-se, assim, que as ideias de justiça social, dignidade humana e proteção aos direitos dos trabalhadores são universais e atemporais, ecoando através das gerações e adaptando-se a diversas realidades políticas e econômicas.

Em última análise, a encíclica permanece como um testemunho da capacidade de ideais humanísticos para promover transformações sociais, sendo um lembrete constante de que a legislação trabalhista não é apenas um corpo de normas técnicas, mas uma expressão de valores que aspiram ao bem-estar e à justiça para todos os cidadãos.

Referências

BATISTA, F. R. Apontamentos críticos para uma história do direito previdenciário no ocidente capitalista. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 111, p. 143-176, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/133542>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CASTILHO, R. S. **Direitos humanos**. [S. l.]: Saraiva Educação SA, 2017.

KOERNER, A. O reino social de Cristo e a constituição orgânica da nação: das encíclicas de Leão XIII ao pensamento católico brasileiro do início dos anos trinta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 489-510, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/t3kkJP5XJdpLwJ38KSh5nxF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MENIN, D. A Historicidade dos Direitos Humanos e os Pensamentos de Bobbio e Arendt na Construção do Direito ao Trabalho e ao Lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 471–501,

2018. DOI: 10.35699/1981-3171.2018.1950. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

NASCIMENTO, R. V. **A encíclica papal *Rerum Novarum* e sua influência na construção dos princípios do direito trabalhista no Brasil**. 2021. 59 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) — Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió, AL, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10109>. Acesso em: 26 jun. 2024.

OLIVEIRA, L. F. *et al.* A história constitucional do direito do trabalho e a Era Vargas. **Anais de Direito**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2023. Disponível em:
<https://uceff.edu.br/anais/index.php/direito/article/view/510>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SANTOS, E. S. *Rerum Novarum*: Sindicato como Pressuposto para a Democracia. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2022. Disponível em: <https://laborjuris.emnuvens.com.br/laborjuris/article/view/95>. Acesso em: 26 jun. 2024.